



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO PROPOSTA DE ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Jonny Alan Morais

jonnymorais90@gmail.com¹

Julia Gabriela Valverde Laureano

valverde.ju@outlook.com²

Nivaldo Oliveira

niva_oli@hotmail.com³

Lindberg Nascimento Junior

lindberg.junior:@gmail.com⁴

Resumo

O presente texto é resultado de uma proposta pedagógica que busca debater como a ciência geográfica pode contribuir para a educação afro-brasileira e africana. A abordagem analítica é da cartografia-histórica, e foi desenvolvida para contemplar a articulação espaço-tempo da história de África. Os resultados se apresentam como uma qualificação geográfica do continente africano em quatro momentos da produção do espaço: paisagem, lugar, região e território. Os momentos associados às categorias da ciência geográfica subjazem a necessidade de inclusão de diferentes produtos cartográficos e relação com dinâmica natural e processos socioespaciais abrangentes, mas combinados locais e globalmente. Espera-se que a proposta possa auxiliar professores e estudantes no trato com conteúdos que valorizem e reconheçam cultura e a história afro-brasileira partindo do conhecimento geográfico da África, iniciando o debate pelo conceito de continente.

Palavras-chave: Educação geográfica; Ensino de geografia; História da África.

Introdução

*[...] Gente, só é feliz
Quem realmente sabe, que a África não é um país*

¹ Estudante de geografia, UFSC. Artigo elaborado a partir das atividades do projeto “Cartografia-histórica da África: difusão de produtos geográficos para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia – NEPEGeo, da Universidade Federal de Santa de Catarina.

² Estudante de geografia, UFSC.

³ Estudante de geografia, UFSC.

⁴ Professor do Departamento de Geociências, UFSC.

*Esquece o que o livro diz, ele mente
Ligue a pele preta a um riso contente...
Mufete – Emicida*

A história dos lugares pode ser contada sob diferentes perspectivas. O princípio é de que ao elaborar uma narrativa, o/a narrador/a escolhe previamente o que lhe pode ser mais importante, selecionando eventos e fatos que expressem seus interesses e finalidades estabelecidos.

Isso significa dizer que, contar uma história só é possível se for realizada com um determinado e claro sentido, na medida em que, a organização da narrativa deve ser lógica, integrando eventos e dando sequência aos fatos. Ler, reler, compreender e interpretar com os sentidos da narrativa implica entender “[...] que quando alguém lê, é importante saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo” (BOFF, 1999, p. 9).

Reconhece-se, portanto que o ponto de partida para se contar uma história é sempre uma possibilidade de lê-la, e de forma abrangente, a narrativa da história do mundo (até hoje contada), tem sido elaborada a partir de concepções eurocêntricas. Esse é um dos motivos que fazem com que a história de África, por exemplo, seja parcamente representativa na sociedade atual, e quando concebida ainda se faz de forma inferiorizada e regada de estereótipos.

Neste contexto, principalmente após os movimentos pan-africanistas, historiadores/as e estudiosos/as tem buscado reescrever e reler a narrativa da história do mundo e da África, oferecendo para além dos sentidos mais tradicionais e clássicos, outras e novas compreensões a cerca da civilização humana, e do continente africano em particular.

Em geral, busca-se, por exemplo, que diversas tecnologias antigas e contemporâneas são originárias do momento em que o território africano era constituído por agrupamentos humanos socialmente organizados e altamente sofisticados, e não por tribos, que subjaz a construção tradicional utilizada para definir grupos humanos primitivos, não civilizados e desprovidos de conhecimento e técnica.

Neste trabalho discutem-se aspectos teórico-metodológicos de como a história de África pode ser contada pela geografia e por geógrafos/as. O interesse é que a proposta possa auxiliar professores e estudantes de geografia no trato com conteúdos que valorizem e reconheçam cultura e a história afro-brasileira partindo do conhecimento geográfico e crítico do continente Africano.



Priorizou para este momento os aspectos teóricos, metodológicos e conceituais da abordagem, uma vez, que os produtos finais devem ser substanciados por recursos didáticos que utilizem a cartografia-histórica como referência. Por isso, apresenta-se inicialmente o lugar que a geografia pode estar quando se refere o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Em seguida, apontam-se quais podem ser os elementos geográficos de problematização, que servem como parâmetros de reorientação de determinados aspectos das aulas de geografia na escola quando se trata de África. Em seguida, apresenta-se a proposta metodológica para o ensino de África a partir da geografia. Contemplam-se conceitos, eventos e fatos chaves que podem auxiliar na construção de uma abordagem geográfica e crítica sobre a história do continente. Finaliza-se o texto com as considerações finais.

O lugar da geografia no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

Se consideradas as perdas históricas acumuladas pelas políticas de segregação e racialização do estado brasileiro, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana legitimado pela Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003, constituiu-se como um instrumento de conquista, compromisso e luta na busca para a justiça social (SILVA, 2009).

Conforme aponta Santos (2010, p.142), a Lei Federal nº 10.639/03, transformada em instrumento “[...] coloca novas pautas: articulação e capacitação de secretarias, escolas e professores, produção de materiais de referências, pesquisa e produção de conhecimento, revisões de currículos, *advocacy* frente ao não cumprimento da lei, entre tantas outras”.

É importante destacar que os avanços observados em muitas instâncias e instituições de ensino posteriormente à promulgação da Lei Federal, orientaram medidas que rebateram diretamente no ensino básico (fundamental, médio, jovens e adultos e técnicos). Por isso, o Ministério da Educação (MEC), criou em 17 de junho de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que fundamentou grande parte das alterações curriculares nestes níveis de ensino.

Contudo, naquela época o MEC não incluiu critérios que impactavam diretamente os currículos nas instituições de ensino superior. Mesmo assim, os campos da História e da Pedagogia, principalmente, assumiram um papel primordial para a implementação da Lei no ensino básico. As alterações nesses campos se deram primeiramente na dimensão objetiva, a

partir da produção de materiais didáticos, em especial o livro didático, e na dimensão formativa, por meio da revisão da grade curricular dos cursos de graduação com inclusão de disciplinas específicas e especiais (SANTOS, 2014).

Afirma-se que a partir de 2003 tais ações representaram os impactos diretos nas disciplinas escolares que colocaram a história e a pedagogia na linha de frente para implementação da Lei. Isso não significa dizer que outras disciplinas, como matemática, letras, linguagens, artes, ciências sociais, educação física, física, química e a geografia, negligenciaram a participação nesse processo e não submeteram mudanças curriculares. A história e a pedagogia somente foram as pioneiras no processo, e por isso, avançaram mais em relação ao demais campos.

Neste caso, diversas são as experiências, debates e propostas que tem colocado em ênfase a capacidade multidisciplinar e transdisciplinar que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana apresenta para os diferentes campos, como também a contribuição que a temática oferece na produção de um conhecimento mais amplo, abrangente e socialmente comprometido para educação escolar. Por isso, cabe questionar: como esses conteúdos foram ou podem ser incorporados pela geografia ou pelos/as geógrafos?

Anjos (2014; 2015) aponta que em nível de estado brasileiro, ainda existe manutenção de desinformação a assuntos referentes ao continente brasileiro, e quando se trata do africano essa característica é ainda mais acentuada. Para esse autor, esse processo atua ora como obstáculo para se estabelecer uma democracia racial de fato, ora como tendência de dar continuidade aos preconceitos, estigmas e julgamentos para com as populações e os países africanos.

A precariedade da educação geográfica em relação à representação ao Brasil e ao continente africano também se apresenta como uma ferramenta de inferiorização e invisibilidade das populações, das histórias e das culturas afro-brasileiras e africanas. Por isso, existe um descompasso entre a geografia que acontece na escola, e aquelas pensada na BNCC (2014) e praticada nos espaços universitários.

De outro modo, esforços para ampliar e resolver essas questões dentro da geografia tem sido desenvolvidos por diversos autores/as. Ratts (2015), Santos (2010, 2007) e Anjos (2014; 2015) formam uma parte desse grupo que tem orientado o estudo geográfico das relações



étnico-raciais e africanidades que contemplam a história da África e da cultura afro-brasileira e africana.

Para estes autores, o ensinar-aprender geográfico da história e cultura afro-brasileira e africana é uma prática que se dá por meio do fomento ao debate com estudantes do ensino básico e das diversas modalidades de ensino, sendo imprescindível, começar com problematizações sobre o conhecimento do mundo.

Santos (2010) oferece como proposta o debate do conceito de raça e de modernidade. Neste contexto, discute-se como o estudo geográfico de África pode ser inserido a partir dos marcos históricos anteriores às grandes navegações. O autor também se utiliza do conceito de Pan-Africanismo como referência, considerando neste processo as possibilidades de contextualização dos contextos geopolíticos do desenvolvimento geográfico e dos processos regionalização.

Ratts (2015) aponta que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana podem ser desenvolvidos no ensino da geografia a partir das diversas interações políticas e culturais pela articulação das diferentes escalas geográficas (local, regional, nacional e global), utilizando a triangulação África, Europa e América.

Essas experiências mostram que é possível considerar que o lugar da geografia no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana está na medida em que o/a professor/a se utiliza de conceitos e categorias geográficas que estruturam saberes sobre a natureza, sociedade, tempo, espaço, paisagem, território, região, lugar, ambiente, rede e escala, etc.

Cabe destacar que esses conceitos funcionam como referências analíticas para a análise geográfica, e servem ao estabelecimento do que é próximo e distante, central e periférico, disperso e concentrado, etc, e também para que cada indivíduo elabore uma leitura particular e própria do mundo em uma totalidade (SANTOS, 2010).

Outra possibilidade interessante que se soma às anteriormente descritas pode ser encaminhada a partir da teoria da produção do espaço geográfico (MOREIRA, 1991; 2007; SANTOS, 2002; HARVEY, 2005; 2012). Neste caso, além de contemplar periodizações para a interpretação do processo de desenvolvimento geográfico dos lugares, a abordagem incorpora a articulação de escalas geográficas como estratégia de contextualização das mudanças e transformações socioespaciais.

A teoria da produção do espaço é uma alternativa de sistematização qualificada que promove a (re)leitura geográfica da história da África. Essa proposta começa pelo entendimento de que ela – a África é, antes de qualquer coisa, um continente e não um país. Essa premissa é importante no início do debate, pois muitas confusões têm sido erroneamente estabelecidas, e trazem diversas dificuldades de explicitar a diversidade de povos, nações e etnias, problematizar estereótipos e desconstruir conclusões muito generalizadas para além da abrangência do termo.

A produção do espaço como proposta-metodológica

Teoricamente, a proposta está baseada em debates e modelos analíticos propostos por Suertegaray (2001), Moreira (2007), Santos (2002) e Harvey (2005; 2012), que servem para indicar os caminhos para uma análise geográfica coesa, integrada e combinada da história natural e social do continente africano.

A primeira condição para se entender a proposta é que na produção do espaço geográfico, sociedade e natureza estão no mesmo plano ontológico. Isso implica considerar, primeiro, que ambos estão igualmente submetidos a processos e ações similares de produção social e histórica; e em seguida, que não existe vantagem ontológica (hierarquização), uma vez que nem sujeito, nem objeto, precede a relação; não existe um sujeito à priori, nem uma natureza permanente do sujeito; a ação é sempre relacional (SANTOS, 2002).

Deste ponto de vista, a realidade e o mundo mostram que esses universos – natureza e sociedade, não se dão de forma separada e dissociada. A ideia auxilia no entendimento de que a sociedade é produto da história natural, e a natureza é a condição concreta da existencialidade da sociedade (MOREIRA, 1991). Visto na mesma orientação e ao mesmo tempo, a sociedade/natureza se realiza da mesma forma que realiza natureza/sociedade em um processo dialético de transformação metabólica que se dá pelo trabalho (MOREIRA, 2007).

Mas sob quais condições natureza-sociedade são transformadas em produção do espaço?

Segundo Santos (2002) citando Karl Marx, a noção de modo de produção evidencia como cada nova etapa da sociedade, os homens participam de um processo unitário, que inclui formas materiais de produção, relações dos homens entre si e com a natureza, e os seus próprios modos de ser, isto é, as maneiras como os indivíduos expressam sua vida. São os modos de produção que costumam, organizam e estruturam os pontos de contato entre natureza e



sociedade. Sob eles, esses termos – natureza e sociedade — são tanto categorias explicativas, quanto instrumentos funcionais que auxiliam em sua a consolidação e na transformação de tudo que é valor de uso em valor de troca.

A produção do espaço acontece a cada momento de socialização da natureza, na medida em que, os seres humanos introduzem uma face nova ao conteúdo natural das coisas naturais, dispondo de uma nova capacidade de fazer a história natural e dando qualidade de história social (MOREIRA, 2007).

A segunda condição da proposta é admitir que a unidade espaço-tempo é fio condutor do movimento histórico da produção do espaço. Trata-se de um corte epistemológico, que se estende da sociedade ↔ natureza e o modo de produção estabelece a compressão espaço-tempo (HARVEY, 2005), ou, a aceleração relativa do tempo e expansão relativa do espaço (SANTOS, 2002).

Assim a produção do espaço se evidencia nos lugares por meio dos descompassos, instabilidades, avanços e retrocessos, expansão e concentração, dispersão e centralização, aumento e diminuição, rapidez e lentidão em formas e conteúdos que construídas no mesmo espaço-tempo faz com que eventos e fatos coexistem com passado, presente, ou passado reconstituído no presente (LOPES, 2012).

A concepção espaço-tempo da produção do espaço rompe com a visão da sequência linear como uma reta (que visa a estabilidade e a impossibilidade de retorno), e deve ser concebida como uma espiral crescente. Neste sentido, a produção do espaço se dá a partir de sua formação e origem, se organiza a partir de sua funcionalidade, e se projeta como múltipla determinação ou como possibilidade de transformação (SUERTEGARY, 2001).

Sociedade ↔ natureza e espaço ↔ tempo formam os planos analíticos de base ontológica e epistemológica da produção do espaço geográfico como proposta teórico-metodológica para o ensino e estudo geográfico dos lugares. Juntos, e dialeticamente relacionados, eles oferecem as componentes importantes do entendimento de como o desenvolvimento geográfico acontece nos lugares, e por isso, é a categoria chave para entender a história do continente africano.

A produção do espaço do continente africano: os meios operacionais

Nesta proposta admitiu-se que a sequência temporal seria mais didática e de melhor compreensão se a história do continente africano passe por pelos menos quatro momentos da produção do espaço geográfico, divididos em períodos relativos, conforme as categorias paisagem, lugar, região e território.

Devido ao limite do texto, o exercício foi realizado buscando combinar os eventos e fatos conforme o significado mais abrangente das categorias geográficas, para que não se se perca a noção do movimento da espiral crescente, e ainda explicita a potência explicativa de cada categoria que é necessária na educação escolar. De todo modo, cada momento da produção do espaço geográfico foram organizados para auxiliar o entendimento de processos combinados de determinados eventos (aumento, redução, neutralização, consolidação e manutenção) que podem ocorrer de forma paralela, descompassada, desfasada ou subsequente com outros eventos.

Como esse movimento ocorre de forma simultânea, o resultado pode ser encontrado nas múltiplas determinações em que os fatos históricos tendem promover outras velocidades no movimento da espiral, que por sua vez é o vetor que inaugura sequências de outros eventos, transforma a produção do espaço em outro sentido e consolida um novo período do desenvolvimento geográfico. Cada período geográfico evidencia uma sequência eventos e fatos selecionados para explicitar como a produção do espaço geográfico africano aconteceu em termos de integração da história natural e social.

Pormenorizando muitos contextos e conteúdos, devido ao limite desta proposta, e as abordagens teórico-metodológica que definem a matriz conceitual de cada categoria, a história da produção do espaço geográfico africano se inicia como **paisagem**. Neste momento, o continente está relativo às suas origens pretéritas, que remonta aos primeiros aspectos da dinâmica natural, por isso muito antigo.

A África como paisagem é produto da história natural definida por eventos geológicos, geomorfológicos, hidrográficos, climáticos e vegetacionais, principalmente. É organizada pela distribuição e dinâmica dos objetos naturais (estrutura geológica, relevo, rios, climas, massas de ar, biomas e domínios morfoclimáticos) (SUERTEGARAY, 2001). Desse momento inicial é possível inferir que o continente se tornou um importante detentor de recursos e riquezas naturais em grandes quantidades



O enfoque é locacional, limitado aos atributos de localização e situação geográfica que não são as mesmas como observada atualmente. Esse período começa no Triássico, há 250 a 200 milhões de anos AP (GROTZINGER; JORDAN, 2013).

Do quadro natural, passa-se às condições de origem e consolidação dos primeiros agrupamentos humanos no continente, que anatomicamente modernos, atingiram o comportamento mais complexo na cadeia evolutiva biológica há cerca de 50 mil anos AP. Deste momento é interessante marcar que a África é o continente berço da humanidade, uma vez que, foi neste continente que foram encontrados fósseis mais antigos do planeta, relativos aos primeiros representantes dos homínídeos, o Australopitecos. (DORIGO; MARONE, 1991; BORGES, 2017). (DORIGO; MARONE, 1991).

A complexidade das relações humanas formou os primeiros núcleos populacionais e agrupamentos humanos, que datam do Período Neolítico. Pode-se afirmar que o marco mais recente deste período se dá com Civilização Egípcia, séculos XII a IX a.C, quando o ser humano adquiriu o maior destaque no nível de sofisticação técnica, e iniciou um novo processo transformação cultural baseado em mudanças nas relações sociais. (DORIGO; MARONE, 1991).

É necessário destacar que neste contexto, enquanto o Egito se consolidava como uma das primeiras civilizações, todo continente africano já era usado por outros grupos humanos, mesmo que em outros estágios de desenvolvimento cultural, sofisticação técnica e organização social. É correto afirmar que deste momento o continente africano além de berço da humanidade, é também o berço das civilizações (DORIGO; MARONE, 1991; BURNS, 1952).

Diante de tantas transformações, a partir da origem do ser humano da espécie *Homo sapiens*, considera-se que o espaço geográfico africano passa de paisagem, e se efetiva como **lugar**. A categoria lugar está relativa à origem dos nascimentos dos seres humanos, e a criação de grandes civilizações, reinos e impérios, que inaugura a diversidade étnica e cultural (MOREIRA, 1997).

Trata-se de um lugar da apropriação da riqueza natural (a que foi construída quando África era paisagem), em outras formas de uso: lazer, culto, escrita, cartografia, arte, comércio, da reprodução da vida e da identidade cultural, e das conexões com outros lugares do interior e do exterior ao continente. Deste período se consolida os sistemas de venda e troca, que coloca o continente como uma grande potencia comercial.

Essa situação se torna mais relevante nos séculos seguintes, quando as rotas marítimas se tornaram o principal caminho comercial para os europeus, principalmente após os turcos otomanos realizarem o bloqueio da rota terrestre que passava pelo mediterrâneo (DORIGO; MARONE, 1991).

Esse processo forçou os europeus a usarem o caminho pelos mares, circundando o continente pelos Oceanos Atlântico e Índico, e mesmo com alto grau de dificuldade e tempo, a nova rota permitiu a aproximação intensa como o continente africano iniciando substancialmente pelos setores costeiros (DORIGO; MARONE, 1991; HERNANDEZ, 2015). A tendência imediata foi transformar a África paulatinamente de lugar paisagem natural e lugar da diversidade étnica e cultural, para lugar de passagem.

Neste ponto, o crucial é entender como o continente foi submetido a uma construção ideológica de base mitológica que serviu para controle e efetivação da ação civilizatória de dominação. Esse período é resultado do entendimento das correntes marítimas nos oceanos, da sofisticação dos transportes, do descobrimento das Américas, junto com a criação de histórias fantásticas e mercado de escravização de africanos negros.

O enfoque é locacional, uma vez que os processos de colonização e o transporte de pessoas para o trabalho escravo no Novo Mundo só foram consolidados devido às forças exógenas ao lugar, e sua qualidade endógena (nível de sofisticação técnica e desenvolvimento cultural). Essa qualidade favorece um novo movimento da produção do espaço.

A África como lugar se transforma radicalmente, e a produção do espaço geográfico africano podem ser entendidos agora pela categoria **região**. Funcional ao processo colonial, que se dá principalmente partir do Século XV, a região é resultado de uma seletividade espacial, com base em critérios objetivos que se dá inicialmente na busca pelas riquezas naturais e mão de obra negra a ser escravizada, indicando limites e fronteiras abstratamente estabelecidas, e politicamente definidas (GOMES, 1995; MOREIRA, 1997)..

O processo é desigual e combinado, uma vez que enriqueceu as elites dos países europeus, empobreceu os povos africanos, e desenvolveu as Américas. A África como região está agora incorporada à divisão territorial e internacional do trabalho, ela é o motor de desenvolvimento regional e do crescimento econômico nacional das grandes metrópoles coloniais.



A questão regional em África é mais relevante entre 1884 a 1885 em Berlim na Alemanha, quando o continente foi submetido à divisão territorial na conferência conhecida como Partilha da África (DORIGO; MARONE, 1991; HERNANDEZ, 2015). No evento, o domínio europeu no mundo foi consolidado e as principais potências da época receberam cada uma, a ‘parte’ que lhe cabia do continente, criando um processo de regionalização que transformou lugares diferentes, em áreas homogêneas, similares a partir do conceito de Estado.

O critério classificador organiza a tendência principal de igualizar a diversidade dos lugares e dos povos. Algo que não acontece sem conflitos. Esse é talvez o ponto de mais difícil da produção do espaço africano. De diverso e múltiplo, antes lugar dos povos e de passagem de estrangeiros, a África é transformada em colcha de retalhos, possibilitada pelo conceito de região. Neste momento, são mais de 90% da área continental sob domínio dos povos europeus, que resultou em um processo colonizatório de exploração predatória (DORIGO; MARONE, 1991),

Deste momento destaca-se também o embrião para origem dos conflitos étnicos que até hoje ocorrem no continente. Mas, em decorrência da II Grande Guerra Mundial, o enfraquecimento econômico e político de grande parte dos países europeus resultaram na perda do controle sobre os territórios de sua administração inclusive em África. As crises do capitalismo, o crescente mercado consumidor e os recursos naturais (para além dos humanos) presentes no continente ainda eram as principais fontes de riqueza do mundo.

A África dividida regionalmente, como um produto intelectual, era um espaço geográfica chave para uma nova fase de produção capitalista acontecer, ou seja, são necessárias nações independentes e livres para que a exploração e o comércio mundial continuassem em outro patamar de acumulação e produção da riqueza. Aliado a essa questão, grupos e movimentos que lutavam em busca da independência política, começaram a dispersar discursos de libertação e descolonização por todo o continente. (DORIGO; MARONE, 1991).

Neste sentido, de região, o continente africano é transformado em **território**. O marco histórico desse momento da produção do espaço são os processos de independência dos países africanos, que ganharam expressão nos anos 50 (DORIGO; MARONE, 1991). A categoria território pressupõe uma produção do espaço enquanto campo de forças, no qual as noções de conflitualidade estão bem adequadas, para destacar a multidimensões e escalas de ação dos agentes locais e globais (SOUZA, 1995).

O Congresso Pan-Africano, sediado em Paris, é um dos eventos que marcam esse momento. Alimentado pela agitação anticolonial, e pelo nacionalismo africano de missionários negros e das elites, presentes na maior parte das regiões africanas, o evento fomentava o ressentimento da presença colonial em África e o transformava em ações políticas.

Durante o século XX, os países africanos se libertaram da dominação europeia. A exploração estrangeira, porém, foi trocada pela interna. Um longo processo de fraturas sociais e guerras civis deu origem a governos autoritários, genocídios e desastres diversos. Em 1985, nenhum país africano era classificado como democrático. Hoje, a maioria está mais perto da democracia plena do que o contrário (HERNANDEZ, 2015).

O continente africano, apesar de espaço geográfico uno, é, também múltiplo, dotado de uma ampla diversidade étnico linguística, que se observa desde os mais variados costumes, religiões, hábitos e culturas. Geograficamente, a África, produto de um acúmulo histórico relevante, que começa como paisagem, se transforma em lugar, muda para região, e hoje se encontra como território, representa a potencia da identidade local e resistência regional, coexistindo e mantendo a força e a riqueza como polos de contradição objetiva da realidade.

Considerações finais

A história da África contada pela geografia pode ser dividida em quatro momentos da produção do espaço. Cada período contempla uma série de eventos e fatos, estejam organizados segundo a sequência espaço-tempo para que o sentido histórico da produção do espaço não se perca.

De todo modo, a abordagem requer avaliações e críticas para validar um conhecimento que é próprio da geografia. A sugestão é colocar pontos de contato e divergência com outros momentos e períodos geográfico-históricos do continente, para manter clara que a geografia e os/as geógrafos/as tem responsabilidade nesta história, e possuem elementos para construí-la e transformá-la.

O ponto de partida é colocar o saber geográfico como abertura crítica e transformadora para esse debate, com questionamentos claros e perguntas objetivas. A finalidade é o combate ao racismo e a desigualdade racial, com a valorização e reconhecimento da cultura e a história afro-brasileira, a conscientização social e emancipação cidadã de estudantes e professores/as.



Esse processo só pode ser efetivado com um olhar direcionado para o ambiente escolar e para a formação atual e futura de professores/as. Essa condição é concretizada pela participação efetiva da universidade pública no fomento para o desenvolvimento de processos que impactam diretamente na vida pessoal, no envolvimento e na formação individual, acadêmica e profissional de base, com estabelecimento de um campo objetivo e prático para conscientização, reconhecimento e valorização das afrobrasileiridades e africanidades. Aqui se apresentou o início dessa possibilidade.

Referências

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 374-390, 3 nov. 2015.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia**, n. spe, p. 332-350, 5 ago. 2014.
- BNCC. Base nacional curricular comum. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do PNE**. 2014 Disponível em http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2018.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. 4ª ed. RJ: Sextante, 1999.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. Brasiliense, 2017.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira. **Diário Oficial da União**, 2003.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. 1996.
- DORIGO, Gianpaolo; MARONE, Gilberto Tibério. **História Geral I**. Coleção Anglo.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.
- GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para Entender a Terra-6**. Bookman Editora, 2013.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- HARVEY, David. **Produção Capitalista Do Espaço**, a. Annablume, 2005.
- HERNANDEZ, Leila Leite; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo Negro, 2005.
- LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.



MAZZONE, Andréia Vitório Silva. Breve balanço sobre a implementação da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar: saberes e práticas. XXII Encontro Estadual de História da AnPUH – SP. Santos, SP. **Anais...** 2014, p. 1 -16.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Brasiliense, 1991.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. Editora Contexto, 2011.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, n. 6, p. 1-11, 1997.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em revista**. Belo Horizonte, v.31, n.2, jun, 2015, p.155-182.

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, São Paulo v. 1, n. 34, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte; Autentica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**. São Paulo, n. 34, p. 141-160, 2010.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

SILVA, Maria do Socorro. **A ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil**. (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Nilza da. PACHECO, Jairo. As cotas na Universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectivas. In: SANTOS, Jocélio Teles do (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce M. Dirce Maria. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2001.